

## RESENHAS

"ESTADO E CAPITALISMO" — Estrutura Social e Industrialização no Brasil  
— Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1965. 270 páginas. Por  
Octávio Ianni.

A fase de desenvolvimento sócio-econômico que o Brasil atravessa nesta década é das mais interessantes para ser estudada pelas ciências sociais. Isso é verdade, não somente porque as mudanças que se operam em ritmo especialmente acelerado nos países em fase de desenvolvimento são um excelente campo para o estudo e teorização sobre o funcionamento e evolução da Sociedade em geral, como também pelo agudo grau de consciência que a sociedade nacional alcançou do fenômeno que está vivendo. Com efeito, o desenvolvimento econômico aparece no Brasil de hoje em dia como a idéia-fôrça propulsora do país. Os jornais falam quase diariamente do tema que alimenta a ação política, preocupa os movimentos sindicais e estudantis, e divide as opiniões em nacionalistas, desenvolvimentistas, socialistas, moralistas etc.

Esse interesse felizmente não tem passado despercebido dos cientistas sociais estrangeiros, principalmente norte-americanos, e sobretudo nacionais, que têm trabalhado, particularmente nos últimos 10 anos, sobre importantes facetas dos problemas surgidos com o desenvolvimento. (1) Um dos livros que fazem parte desse estudo do caso brasileiro de desenvolvimento, é o que queremos comentar aqui.

Como o autor sublinha no início do livro, a interferência do Estado na vida econômica já não é discutida em termos de *conveniência*, se o Estado deve influir na vida econômica, mas sim em termos de *modo*: *como* o Estado deve atuar. Discordando da classificação do desenvolvimento econômico em "autônomo" e "induzido" feita por Hoselitz, Ianni apresenta o problema central do seu estudo: uma contribuição à interpretação do desenvolvimento capitalista tal como ocorre, no Brasil, onde ele procura "descobrir como o Estado se vincula ao sistema de produção mercantil". (pág. 9) A interpretação marxista da sociedade e do processo de desenvolvimento sócio-econômico brasileiro é a escolha pelo autor, como já havia ficado patente em seus trabalhos anteriores.

As interferências do Estado na economia, mesmo quando efetuadas através da

(1) Ver, entre outros: Celso Furtado: "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", Rio 1961; Guerreiro Ramos: "Introdução Crítica à Sociologia Brasileira", Rio 1957; Florestan Fernandes: "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", São Paulo 1965; L. A. Costa Pinto: "Sociologia e Desenvolvimento", Rio 1963; Pessoa de Moraes: "Sociologia da Revolução Brasileira", Rio 1965; Roberto Moreira: "Educação e Desenvolvimento no Brasil", Rio, 1960; Pedro Caldeiran Beltrão: "Sociologia do Desenvolvimento", Pôrto Alegre 1965; Octávio Ianni: "Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil", Rio 1963; Fernando Henrique Cardoso: "Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico" São Paulo, 1964; Fernando de Oliveira Mota: "Manual do Desenvolvimento Econômico" Rio 1964, entre os brasileiros. Entre os estrangeiros confira: Jacques Lambert: "Os dois Brasis" Rio, 1959; Roger Bastide: "Brasil, Terra de Contrastes" São Paulo, 1964; LynnSmith: "Brazil, People and Institutions" Baton Rouge, 1963; Charles Wagley: "An Introduction to Brazil New York — London, 1963.

criação de empresas estatais de produção, não visam diretamente o lucro, que só aparece indiretamente a ser realizado pela empresa privada. "Como o lucro é um elemento básico do sistema de motivações e expectativas no capitalismo, toda atuação governamental se destina à produção, ou acaba engendrando reflexivamente, a produção do lucro no âmbito da sociedade" (pág. 16). Os outros dois fatores que fundamentam o desenvolvimento econômico — progresso técnico e força de trabalho — são aceitos teoricamente como tal pelo Estado, o qual, apesar disso, concentra sua ação em facilitar a acumulação e a concentração do capital.

Dessa e de outras argumentações o autor deduz que o Estado pode ser interpretado como um órgão que concretiza as determinações do Capital, perdendo sua aparência de autonomia e liberdade. Aí "está sempre em jogo o significado das relações entre o intervencionismo governamental e a configuração da estrutura de classe constituída" (pág. 26).

O estudo de Ianni não tem, porém, a pretensão de ser uma teorização original sobre o desenvolvimento econômico em geral, nem sequer sobre o caso brasileiro em particular. Isso é o que aparece da explicação metodológica que o autor faz no fim do mesmo. A interpretação da sociedade brasileira é feita partindo-se do pressuposto que ela é uma parte integrante do sistema capitalista mundial, e só cria sentido se estudada sob o ângulo do sistema global. "Quando as categorias do capitalismo estão descobertas, o problema se reduz à busca de suas particularizações, inclusive quando estas revelam desdobramentos ou modificações substanciais". (pág. 260). Para encontrar as relações entre as diversas partes e o todo, o autor tenta chegar a uma "configuração iluminada internamente", através da retomada sucessiva dos fatos à medida que vão sendo postos em relação entre si. O método, muitas vezes fecundo, não se caracteriza, porém, pela clareza e compreensibilidade. Os diversos planos superpostos com que o autor teve de trabalhar, às vezes se confundem e terminam em imagens isoladas, que dominam por alguns instantes, sendo depois substituídas por outras. Além disso, a volta sucessiva aos mesmos temas, imprime ao livro uma sensação de repisamento, que o torna um tanto monótono.

Apesar dessas observações, e de outras que se seguirão, o livro é de grande valor para a compreensão dos acontecimentos mais recentes, vividos sob a égide da transformação do capital agrícola em capital comercial e finalmente industrial.

A burguesia é apresentada pelo autor, algumas vezes como um todo que obedece aos interesses do capital, e outras vezes como facções em luta entre si: a burguesia agrícola, com os maiores interesses em conjugação com o capitalismo exterior, e a burguesia industrial, cujo capital foi uma transformação do capital agrícola cafeeiro, mas que hoje se apoia no mercado interno. Essas diversas correntes da burguesia produzem seu tipo de ideologia, que é a desenvolvimentista, a qual se apresenta radicalmente nacionalista, ou racionalmente pragmática, segundo os "momentos" das relações entre o capitalismo interno e o internacional.

Seria com essa ideologia globalizadora que a burguesia estaria tentando acelerar o processo de desenvolvimento, "diante dos riscos que as classes assalariadas assumam a direção do processo político e optem por outro tipo de desenvolvimento".

A revolução de 1930 e a ditadura de Getúlio Vargas são interpretadas como uma ascensão ao poder da incipiente classe industrial, surgida, aliás, das crises do capitalismo internacional, que obrigaram o Capital, menos produtivo no café, a se exprimir como capital industrial. Para ele a inclusão nas forças revolucionárias de setores outros da sociedade que não a burguesia, deu ao governo daí surgido maior sensibilidade para as reivindicações desses setores, inclusive do proletariado. O estabelecimento de normas para evitar a luta de classe se fundamentaria na concepção do Estado como um garantidor da continuidade do sistema capitalista de apropriação da *mais valia relativa*, que deveria evitar, por um lado, a pauperização, e por outro a subversão da ordem. O Estado como poder moderador "é, a um tempo, mediação preservadora das relações hierarquizadas." (Pág. 151). A política do operariado, porém, estaria influenciada pela pouca consciência que os operários brasileiros têm de sua situação de vende-

dores da força de trabalho, operariado de que 60% é de origem recente (1940-1950) e a maior parte ascendeu socialmente quando saiu da zona rural para a cidade. Essas experiências psicológicas fariam com que eles se identificassem mais com outras classes, que desejam integrar pela continuação da ascensão social, do que com a classe operária, que para eles não passa de degrau na escalada. Seria essa configuração que teria possibilitado a prática da política de massa, corporificada no getulismo, que inseriu o operário na lógica da classe burguesa, ao mesmo tempo que correspondia às necessidades psicológicas dos recém-proletarizados, apresentando o governante como *pai dos pobres*.

Essa dualidade da estrutura sócio-econômica — um Brasil arcaico, rural, e um novo Brasil, industrial — que está aceita pelo autor para algumas interpretações da política da sociedade e da economia brasileiras, e que tem sido enfatizada pelos que estudaram o país nos últimos anos, sobretudo por Jacques Lambert ("Os dois Brasis"), é porém, reinterpretada, como sub-sistemas de um só sistema geral, porque, segundo ele, as economias de subsistência se conservam como reservas ou "bolsões" com os quais conta o mercado em suas expansões necessárias. Parece-me que essa explicação, que economicamente poderá ser correta, não é válida para uma análise mais ampla da vida social, onde entram os demais elementos da análise como usos, costumes, técnicas, organização da família, etc.

Depois de examinar a estrutura da atividade estatal, Ianni chega ao fim do livro demonstrando o panorama político e as opções possíveis. Essa análise, que se apresenta particularmente lúcida, mostra as tendências ideológicas das diversas facções que interferem na luta política, e que procuram, através dos sistemas de aliança, defender seus interesses e somar forças em torno deles. Também o aparato burocrático, que é o veículo e o realizador das decisões tomadas pelo governo, faz parte da racionalidade possível no sistema capitalista, do qual o Estado aparece como o integrador das partes aparentemente desarmônicas, e, portanto, como agente máximo da racionalidade possível no sistema. Para que o Estado realize essas funções, Ianni apresenta quatro "determinações na atividade estatal". (pág. 253) 1) Coordenação central do mercado contra as "Tendências anárquicas do sistema capitalista". 2) Eliminação e controle dos desequilíbrios entre as diferentes atividades produtivas que são necessariamente complementares. 3) Tomada de decisões políticas consequentes à divisão social do trabalho e 4) Coordenação e tomada de decisão para a realização de uma das graduações de racionalidade possíveis ao sistema.

Essas teses centrais, e mais algumas outras laterais, fazem com que o livro "Estado e Capitalismo" deva, de agora por diante, aparecer como um dos pontos de discussão dos especialistas que estudam o processo de desenvolvimento econômico, não só no Brasil, que é tomado como "caso", não só no mundo capitalista, que é tomado como sistema global de interpretação, mas também no mundo socialista, que o autor conserva sempre, embora às vezes veladamente, como elemento de contraste com a realidade que analisa — *Tarcizio do Rêgo Quirino*.